EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E FORMAÇÃO DOCENTE*

SIMONE APARECIDA POSSARLI OLIVEIRA

RESUMO

A educação a distância surge no cenário nacional como uma forma de democratização do ensino, preparando profissionais para atuação nas mais diversas áreas da educação. Com a formação de professores não poderia ser diferente. Contudo, cabe questionar: essa modalidade de ensino possibilita uma formação integral deste docente em meio ao processo de formação? Tendo em mente que esta trajetória formativa é toda permeada pelas tecnologias digitais de informação e comunicação em seus processos de ensino-aprendizagem. Esta pesquisa objetiva, portanto, investigar esse aspecto. Este artigo, de caráter qualitativo, busca, a partir de uma pesquisa bibliográfica, refletir sobre as contribuições dessa modalidade de ensino para a formação de professores, bem como averiguar a sua contribuição para a democratização do ensino no cenário nacional. Como fundamentação teórica utiliza-se dos estudos de Kensky (2010), Moran (2000), Lobo Neto (2006), Azevedo (2012, 2013, 2014), Bahia (2015), Belloni (2015), Demo (2009), Freire (1987), Masetto (2009) e Nóvoa (2009).

Palavras-chave: Educação a Distância; Tecnologias digitais de informação e comunicação; Democratização do Ensino.

* Este trabalho é fragmento do segundo capítulo da pesquisa de mestrado realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Metodista de São Paulo, intitulada “CAMINHOS PARA FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DOCENTE: UM ESTUDO SOBRE ESTUDANTES CONCLUINTES E EGRESSOS DE UM CURSO DE PEDAGOGIA EAD”, defendida no ano de 2018, com a orientação da Profa. Dra. Adriana Barroso de Azevedo.

ABSTRACT

Distance education appears on the national scene as a form of democratization of education, preparing professionals for action in the most diverse areas of education. With the formation of teachers it could not be different. However, it is questionable: this modality of teaching makes possible a integral formation of this teacher during the process of formation? To keep in mind that this formative trajectory is permeated by digital information and communication technologies in its teaching-learning processes. Therefore, this research aims to investigate this aspect. This article, of a qualitative nature, seeks to reflect, from a bibliographical research, on the contributions of this modality of education to the formation of teachers, as well as to verify its contribution to the democratization of teaching in the national scenario. As a theoretical basis, the articles uses studies by Kensky (2010), Moran (2000), Lobo Neto (2006), Azevedo (2012, 2013, 2014), Bahia (2015), Belloni (2015), Demo (2009), Freire (1987), Masetto (2009) e Nóvoa (2009).

Keywords: Distance Education; Information and Communication Technology; Democratization of Teaching.

INTRODUÇÃO

A história da educação a distância (EaD) remonta a algumas civilizações antigas. Nelas as cartas eram utilizadas para a instrução e permitiam a comunicação. Tais práticas encontravam-se presentes em civilizações como Grécia Antiga, Suméria e Roma.

No entanto, a EaD no modelo que hoje conhecemos ou, pelo menos próximo dele, teve início em meados do século XIX. Seu intuito era preparar, profissional e culturalmente, pessoas que, por vários motivos, entre eles a falta de tempo ou as longas distâncias percorridas entre os locais de trabalho, a escola e as residências uma vez que não tinham condições de frequentar instituições formais de ensino em situações regulares.

De acordo com Jacques Vigneron (2005, p. 56) a EaD – enquanto uma ação institucionalizada e direcionada para a educação – teve início na Europa em 1840 através de cursos por correspondência dirigidos especialmente para agricultores e pecuaristas:

A aventura, contudo, começou em 1840 na Inglaterra, quando foi lançado o primeiro selo da história do correio, usando uma tarifa única para todo o território de sua Graciosa Majestade, a Rainha Vitória. Isaac Pitimann, o inventor da estenografia, aproveitou-se dessa nova facilidade para comercializar a sua invenção e criou o primeiro curso por correspondência. A primeira instituição que utilizou o ensino a distância, era alemã. O Instituto Toussaint e Langenseherdt (1856) dedicou-se ao ensino de línguas estrangeiras. Em 1873, em Boston, nos EUA, Anna Ticknor fundou a Sociedade de Apoio ao Ensino em Casa. No mesmo ano, a Universidade de Bloomington criou um departamento de curso por correspondência.

A partir disso vários outros cursos por correspondências para ensino de artes, cultura geral, línguas e formação técnica surgiram em outros países da Europa (França e Alemanha), nos Estados Unidos (Boston, Chicago, Oxford) e Suécia.

Com o final da Primeira Guerra Mundial e a crescente necessidade de atender a demanda social por educação – o que se intensificou, posteriormente, com a Segunda Guerra Mundial – a modalidade de educação a distância ampliou-se, aperfeiçoando os métodos e os formatos de forma mais abrangente. Esse fato também decorreu da expansão e do aperfeiçoamento de setores de comunicação – como os serviços de correio, meios de transporte e as tecnologias de comunicação e de informação.

No Brasil uma das primeiras experiências com educação a distância surge por meio das ondas do rádio. Há registros que datam de 1923, conforme Kenski (2010, p.2) relata:

Já em 1923, a Fundação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro transmitia programas de literatura, radiotelegrafia e telefonia, línguas e outros. Desde então, entre os suportes midiáticos de comunicação, o rádio tem sido o veículo com maior tempo de uso para iniciativas em EAD no Brasil. Em 1939 criou-se o Instituto Rádio Monitor, preocupado em utilizar o rádio para ensinar. Em todas as últimas décadas

muitas ações de ensino a distância utilizaram-se do rádio em diferenciados tipos de projetos, quase sempre governamentais. Destacam-se, entre eles, as escolas radiofônicas ou as tele-aulas dramatizadas do Movimento de Educação de Base – MEB (1956) e o Projeto Minerva, que transmitia cursos em cadeia nacional por emissoras de rádio (1970).

Vale ressaltar que a EaD no Brasil não é um evento recente e não se estabeleceu inicialmente pela via impressa – sabe-se de sua existência desde 1941, com cursos criados com caráter supletivo e cursos profissionalizantes, oferecidos pelo Instituto Universal Brasileiro (empresa particular).

Nos anos 70 foram realizadas em território nacional, com programação cultural variada, inúmeras iniciativas de “tvs educativas” que abrangeram projetos de ensino a distância com objetivos diversos. Em 1996 surgiu o TV Escola, um projeto nacional orientado principalmente para a formação de professores – que também apoiou o trabalho docente através da disponibilização de vídeos educativos e programas televisivos.

Desde a segunda metade da década de 1960 até meados de 1970, o país vivia a influência da ciência e da tecnologia com seu deslumbramento diante das possibilidades abertas a partir das novas tecnologias de comunicação que proporcionariam um desenvolvimento maior, ilimitado e solidário. Lobo Neto (2006, p. 401) nos aponta este fascínio ao afirmar:

...A verdade é que, mesmo no desencantamento do mundo, preserva-se o encanto da teimosa esperança. Falava-se na aldeia global. No campo da comunicação, o milagre da multiplicação e extensão do som pela radiodifusão, superador do deslumbramento com a multiplicação da palavra escrita pela imprensa, foi logo superado pela difusão integrada das imagens e sons. Os equipamentos viabilizadores dessas tecnologias, em desenfreada corrida, venciam os desafios de tempo e espaço. Tudo (as informações, as ideias, o verdadeiro, o falso, o ilusório, o real, o virtual, o fato e as versões do fato) passou a ser cada vez mais presente e vizinho para um número cada vez maior de pessoas.

O passo fundamental para a inserção da educação a distância no sistema educacional brasileiro se deu com Decreto nº 5.622 de dezembro de 2005, que regulamentou o Art. 80 da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9394/96 através da Portaria nº 301/98. Por essa iniciativa o Ministério da Educação e Desporto estabeleceu os procedimentos para o credenciamento de instituições e a autorização de cursos à distância em nível de graduação (LOBO NETO, 2006).

Em 2007, dada a necessidade de atualização do documento anterior, foram sugeridas mudanças nos Referenciais de Qualidade para Educação a Distância, inicialmente elaborada em 2003. Esses Referenciais de Qualidade – após mais de 150 sugestões e críticas, quase todas incorporadas ao documento – circunscreveram-se no ordenamento legal vigente e em complemento às determinações específicas da LDB 9394/96, do Decreto 9.057/2017 e da Portaria Normativa nº 11 de 20 de junho de 2017.

Nas Diretrizes e Normas Nacionais da Resolução nº 1, de 11 de março de 2016 (em especial na parte que trata da oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na modalidade a distância) o Conselho Nacional de Educação (CNE) conceitua, no Art. 2º (BRASIL, 2016, p. 1):

...a educação a distância é caracterizada como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica, nos processos de ensino e aprendizagem, ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, políticas de acesso, acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, de modo que se propicie, ainda, maior articulação e efetiva interação e complementariedade entre presencialidade e a virtualidade “real”, o local e o global, a subjetividade e a participação democrática nos processos de ensino e aprendizagem em rede, envolvendo estudantes e profissionais da educação (professores, tutores e gestores), que desenvolvem atividades educativas em lugares e/ou tempos diversos.

A partir de 25 de maio de 2017 um novo Decreto passou a regulamentar o art. 80 da Lei nº 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação a distância. O Decreto 9.057/2017 (BRASIL, 2017, p. 1) define em seu artigo 1º que:

Para os fins deste Decreto, considera-se educação a distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos.

De um modo geral, os cursos de Pedagogia na modalidade a distância vêm sendo cada vez mais ofertados pelas instituições de ensino superior e, conseqüentemente, mais procurados pelos alunos – seja pela facilidade que a EaD possibilita, seja pelo valor das mensalidades. Essa situação vem garantindo um número cada vez maior de alunos ingressantes no ensino superior. De acordo com Norinês Bahia (2015, p. 304),

O Curso de Pedagogia a distância hoje, no Brasil, é um dos maiores em número de matriculados, juntamente com o Curso de Administração (ABED, 2010), o que significa uma acelerada e expressiva expansão, levando em consideração o pouco tempo que esta modalidade faz parte do nosso contexto educacional. (...) Não podemos deixar de considerar como aspecto positivo o acesso ao ensino superior, via educação a distância, de boa parte da população brasileira, antes excluída deste nível de ensino – quer pela facilitação em termos do acesso em regiões que não possuíam Instituições de ensino superior; quer pela facilitação em termos financeiros, considerando que um curso, quando na modalidade a distância, normalmente custa a metade do valor do mesmo curso na modalidade presencial – e, sem

dúvida, somente por estas razões, podemos entender o significativo número de matrículas nos cursos a distância.

Vale também ressaltar – recorrendo novamente a Bahia (2015, p. 304) – que na modalidade a distância o perfil dos alunos dos cursos de Pedagogia, de um modo geral,

...tem se caracterizado por uma clientela com idade mais avançada (se comparada com a dos alunos do presencial), na faixa etária dos 30 anos; com uma renda mensal baixa (em torno de 1 a 3 salários mínimos); predominantemente do sexo feminino, casadas, com filhos e que trabalham. Alguns estudos indicam que a escolha pela modalidade tem sempre como justificativa a comodidade em termos da conciliação entre estudo, trabalho e cuidados com a família, além do baixo custo das mensalidades.

Dentro deste contexto a educação a distância vem constituindo sua trajetória e o número de instituições que oferecem cursos a distância têm aumentado vertiginosamente. O Brasil contava, em 2008, com 85 instituições credenciadas pelo Governo Federal para ministrar cursos de graduação e pós-graduação *latu sensu* que utilizavam a EaD em suas modalidades de ensino (ALVES, 2009).

Informações mais recentes como as do Censo EAD Brasil 2016, realizado em 2017 pela Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED), traz dados que evidenciam uma maior adesão por partes das instituições de ensino ao modelo EaD, contando com 312 universidades participantes, entre elas estão as instituições públicas (federais, estaduais e municipais), instituições privadas (com e sem fins lucrativos), instituições do SNA (SESI, SEBRAE, SENAC, SENAI, etc.)¹, organizações não governamentais (ONGs), terceiro setor e órgão públicos.

¹ Os serviços mencionados são: SESI - Serviço Social da Indústria; SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas; SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial; SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. São exemplos de serviços que compõe o SNA - Serviço Nacional de Aprendizagem.

Com o aumento de números de vagas e acessos ao ensino superior e a expansão de oferta de cursos na modalidade a distância, a qualidade de ensino assume posição central diante do impacto das tecnologias e dos novos paradigmas educacionais. Diante do movimento de democratização da informação e do conhecimento, a qualidade neste momento não pode ser dissociada da quantidade de ofertas e oportunidades para a formação profissional. A esse respeito Gadotti (2010, p. 7) alerta:

Precisamos construir uma nova qualidade, como dizia o educador Paulo Freire (1921-1997), que consiga acolher a todos e a todas. Qualidade significa melhorar a vida das pessoas, de todas as pessoas. Na educação, a qualidade está ligada diretamente ao bem-viver de todas as nossas comunidades, a partir da comunidade escolar. A qualidade na educação não pode ser boa se a qualidade do professor, do aluno, da comunidade é ruim. Não podemos separar a qualidade da educação da qualidade como um todo, como se fosse possível ser de qualidade ao entrar na escola e piorar a qualidade ao sair dela.

Para tanto, conforme Tarcia *et al.* (2016, p. 15-16), é imprescindível que o projeto político-pedagógico de um curso na modalidade a distância compreenda categorias que envolvam

...aspectos pedagógicos, recursos humanos e infraestrutura conforme os seguintes tópicos: concepção de educação e currículo no processo de ensino e aprendizagem; sistemas de comunicação; material didático; avaliação; equipe multidisciplinar; infraestrutura de apoio; gestão acadêmico-administrativa; e sustentabilidade financeira (...). É preciso vislumbrar a possibilidade de construção de critérios e diretrizes que considerem o caráter inovador e ativo da EAD frente aos avanços tecnológicos. O salto de qualidade diante desse desafio reside necessariamente no trabalho multiprofissional e de fato colaborativo.

Diante desse cenário nacional sobre a expansão da EaD, evidencia-se a necessidade de preparar-se o profissional para atuação nesta modalidade em virtude dos diferentes papéis presentes na formação e atuação docente, o que será discutido no próximo item deste capítulo.

FORMAÇÃO DOCENTE NA SOCIEDADE DE INFORMAÇÃO E TECNOLOGIAS

O atual processo de ensino-aprendizagem está inserido em uma realidade em que vêm ocorrendo profundas transformações tecnológicas com impactos no tecido social: trata-se da chamada “sociedade da informação”, que se consolidou com o advento da *internet* e das tecnologias digitais da informação e comunicação. Nessa nova sociedade os processos de aquisição do conhecimento assumem um papel de destaque e exigem dos envolvidos no ambiente escolar cada vez mais criatividade, criticidade e capacidade de pensar e agir – de aprender a aprender, de ter flexibilidade para trabalhar em grupo e de conhecer-se como indivíduo. Outro ponto relevante está no ser e no estar da profissão docente, que “nos remetem a reflexões marcadas pelos processos formativos e pelas experiências profissionais, que se imbricam pelos caminhos da profissionalização e da profissionalidade docentes” (BAHIA, 2016, p. 37).

No contexto de uma sociedade do conhecimento é necessário que a educação se utilize de uma abordagem na qual não seja ignorado o componente tecnológico, formando e capacitando profissionais para que favoreça a construção do conhecimento pelo aluno e para que haja o desenvolvimento de novas competências – e não a simples transmissão de conteúdos que Paulo Freire (1987) tanto questionava.

Uma das funções da universidade deve ser a de preparar os futuros pedagogos para pensar, resolver problemas e responder rapidamente às mudanças contínuas.

Já agora ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo. Mediatizados pelos objetos cog-

noscíveis que, na prática “bancária”, são possuídos pelo educador que os descreve ou os deposita nos educandos passivos (FREIRE, 1987, p. 96).

Frente a esta situação o professor precisa orientar seus educandos sobre onde buscar informações e como utilizá-las – conduzindo a aprendizagem de seus alunos num processo de autoaprendizagem. Com base na proposição de Paulo Freire (1987) sobre o “aprender ao ensinar”, convém investigar sobre a curadoria de conteúdos como processo de socialização das aprendizagens – como indicam Lopes, Sommer e Schimdt (2014, p. 9-10):

Eis aqui um elemento fundamental que revela a importância de se pensar a curadoria no contexto da educação on-line, pois pode vir a se constituir numa metodologia de ensino e de aprendizagem que se baseia na premissa do estabelecimento de redes de leitores/observadores/seguidores/visitantes para quem se deseja comunicar ou informar. Nesse sentido, para a prática da curadoria é imprescindível o reconhecimento da aprendizagem

De acordo com Moran (2000, p. 138) “o papel do professor se amplia significativamente. Do informador, que dita conteúdo, se transforma em orientador de aprendizagem, em gerenciador de pesquisa e comunicação, dentro e fora da sala de aula”.

Com as tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) abrem-se novas possibilidades à educação, exigindo uma nova postura – tanto do professor quanto do aluno. Introduzir novas tecnologias na escola exige uma mudança no processo de comunicação e de atuação, capacitando os alunos na busca da informação em diversas fontes e conscientizando-os da importância da tecnologia para o desenvolvimento social e cultural.

Neste contexto Demo (2009) aponta que uma pedagogia tecnologicamente correta teria a pretensão de estabelecer uma cooperação com novas tecnologias, marcada pela reciprocidade respeitosa e produtiva, capaz de cooperar no conceito da apren-

dizagem virtual. Essa forma de construir maneiras virtuais de aprender, associada à capacidade de cooperação, reforça a importância do curso de Pedagogia a distância para a formação docente como um dos caminhos para a inclusão digital dos estudantes.

De acordo com as considerações já arroladas, “o professor deve intervir no processo que visa transformar informação em conhecimento, acessibilidade em inclusão social e é fundamental situar o aluno no centro do processo de ensino-aprendizagem” (AZEVEDO, 2012a ou b, p. 86). Nesse sentido,

Os professores reaparecem, neste início do século XXI, como elementos insubstituíveis, não só na promoção das *aprendizagens*, mas também na construção de processos de inclusão que respondam aos desafios da *diversidade* e no desenvolvimento de métodos apropriados de utilização das *novas tecnologias* (NÓVOA, 2009, p. 12).

Novas formas de aprender e novas competências são exigidas dos professores no cenário contemporâneo permeado pelas Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC). Nesse contexto Azevedo nos aponta que a educação a distância pode ser um fator importante para a socialização e democratização do saber, tendo como traço primordial a mediação das relações entre professores e alunos, sugerindo uma forma de educação baseada em uma proposta na qual o tempo e o espaço podem ser distintos.

...o que se tem em termos de formação de profissionais para EAD é bastante heterogêneo; não há nenhum parâmetro de qualidade compartilhado que possa servir como orientador para quem deseja propor cursos na área e como parâmetro para a análise da qualidade do que se oferece. Desta forma, cada instituição propositora ocupa-se em defender a validade de sua própria proposta e o mercado ganha uma massa de “especialistas” de uma especialidade de contornos pouco claros para todos (AZEVEDO, 2012a ou b, p. 4).

A esse respeito Azevedo (2014) indica a importância de pensar-se em uma formação permanente para os docentes que vise a capacitação e ampliação de seus conhecimentos no desenvolvimento de sua prática pedagógica, ou seja, não basta ser um especialista em conteúdos, mas sim um parceiro que faz uso da tecnologia para realizar abordagens pedagógicas capazes de facilitar a aprendizagem dos alunos na construção dos seus saberes.

Os cursos de Pedagogia a distância precisam levar em consideração a retomada da luta pela identidade do curso e, de acordo com Bahia (2012), deve considerar o docente como um pesquisador que reflete sobre a teoria e a prática, sobre seus saberes pedagógicos e científicos e que compreenda de forma crítica e ampla o contexto educacional brasileiro.

Assim sendo, para que haja uma mudança significativa é preciso que a formação de professores esteja imbricada com a prática docente. Se estabelecemos que o professor precisa ser reflexivo e participativo, é indispensável uma maior profissionalização do docente em sua formação – profissionalização comprometida com a sociedade e com a perspectiva de mudança.

...nossas propostas teóricas só fazem sentido se forem construídas dentro da profissão, se forem apropriadas a partir de uma reflexão dos professores sobre o seu próprio trabalho. Enquanto forem apenas injunções do exterior, serão bem pobres as mudanças que terão lugar no interior do campo profissional docente (NÓVOA, 2009, p. 18).

Diante do exposto, o desafio não está apenas na necessidade de internalizar o trabalho docente buscando refletir sobre sua prática, mas em fazer do uso das tecnologias como processos do ensino que podem auxiliar na promoção de uma pedagogia mais reflexiva sobre os saberes docentes. Isso será discutido no próximo item deste capítulo.

RELAÇÃO ENTRE PROFESSORES E ALUNOS NA ERA DIGITAL

Na definição de Moore e Kearsley (2007) a educação a distância é “...o aprendizado planejado que ocorre normalmente em um lugar diferente do local de ensino, exigindo técnicas especiais de criação do curso e de instrução, comunicação por meio de várias tecnologias e disposições organizacionais e administrativas especiais” (MOORE E KEARSLEY, 2007 *apud* KONRATH; TAROUCO e BEHAR, 2009, p. 1).

Com a criação da *Internet* e a disseminação das tecnologias digitais de informação e comunicação, houve um crescente uso dos recursos de comunicação por meio da rede – de forma síncrona (tempo real) e assíncrona (tempo diferenciado). Com isso ocorreu, também, um aumento significativo do oferecimento de cursos de formação continuada de professores, tanto das universidades particulares quanto das públicas.

De acordo com Trindade (1992) a EaD é uma metodologia de ensino especialmente formulada para adultos aprendentes, “...baseada no postulado que, estando dadas sua motivação para adquirir conhecimento e qualificações e a disponibilidade de materiais apropriados para aprender, eles estão aptos a terem êxito em um modo de autoaprendizagem²” (TRINDADE, 1992, p. 52, *apud* BELLONI, 2015, p. 33).

Apesar desta definição indicar que a disposição dos materiais de forma organizada garante a aprendizagem dos alunos adultos em um movimento de autoaprendizagem, deve-se ter o cuidado de não incorrer no erro de reproduzir velhos problemas do ensino tradicional em um ambiente tecnológico. Pode-se incorrer no risco alertado por Paulo Freire (1987, p. 80): “em lugar de comunicar-se, o educador faz ‘comunicados’ e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem”.

Masetto (2009, p. 144-145) define mediação pedagógica como:

² Autoaprendizagem: decorre do trabalho individual do estudante fora de uma sala de aula e da presença de um professor. Definição de Trindade (2001). .

...a atitude, o comportamento do professor que se coloca como um facilitador, incentivador ou motivador da aprendizagem que se apresenta com a disposição de ser uma ponte entre o aprendiz e sua aprendizagem – não numa ponte estática, mas uma ponte “rolante”, que ativamente colabora para que o aprendiz chegue aos seus objetivos.

Essas considerações nos remetem às reflexões de Paulo Freire (1987, p. 89) quanto à dialogicidade no processo de ensino aprendizagem (onde o aluno é coautor dos seus saberes), pois “o pensar do educador somente ganha autenticidade na autenticidade do pensar dos educandos, mediatizados ambos pela realidade, portanto, na intercomunicação”.

Segundo Ramal (2006), quando nos referimos à qualidade de um processo de EaD esta somente se confirma se “for coerente com os princípios dos mais novos paradigmas educacionais, superando as limitações das abordagens empiristas e reprodutivistas e propondo novos papéis ao estudante” (RAMAL, 2006, p. 190).

É nesse sentido que Almeida (2006) nos alerta sobre os desafios da EaD, que são análogos aos desafios do sistema educacional em sua complexidade. Almeida também indica a necessidade de identificar e analisar sobre qual educação se pretende realizar: para quem será direcionada, com quem irá se desenvolver e com quais tecnologias serão aplicadas. Isso não significa que a EaD se oponha à educação presencial, mas, indica a necessidade de estudar-se a relação do ponto de conexão entre a EaD e a educação presencial com as mudanças que interferem nos processos de ensino-aprendizagem quando se utiliza as TDIC.

Sendo assim, a busca pela compreensão da complexidade da EaD implica no estabelecimento de uma relação mútua entre as abordagens que fundamentam tanto a educação presencial como a virtual. Lobo Neto (2006, p. 414) corrobora:

Aprender e ensinar a distância, assim como presencialmente, implica intencionalizar a ação de apoio pedagógico, desenvolvendo ações capazes de efetivamente concretizar

este apoio. É necessária, portanto, a redefinição profunda das relações didática, comunicacional e interativa, quando os modos de colher, armazenar, relacionar, direcionar, transmitir e utilizar a informação promovem uma renovação acelerada na geração e organização do conhecimento, em permanente reconstrução.

Na modalidade a distância a ação de apoio pedagógico, ou seja, a mediatização, ocorre por meio da tecnologia, onde a interação entre professor e aluno é estabelecida de modo indireto e assíncrono – à distância e de forma não simultânea. Isso, de acordo com Belloni (2015), confere maior complexidade ao já complexo processo de ensino e aprendizagem na educação a distância. A autora ainda ressalta que os problemas gerados pela distância podem ser facilmente superados quando são adotados sistemas eficientes de comunicação pessoal (simultânea ou temporizada) entre os estudantes, os tutores, os professores e entre os próprios alunos.

Acerca deste assunto, Masetto (2009, p. 146), reforça:

A mediação pedagógica coloca em evidência o papel de sujeito do aprendiz e o fortalece como ator de atividades que lhe permitirão aprender e conseguir atingir seus objetivos; e dá um novo colorido ao papel do professor e aos novos materiais e elementos com que ele deverá trabalhar para crescer e se desenvolver.

Evidencia-se, portanto, que a EaD está intrinsecamente ligada às TDIC. Por estas tecnologias serem dinâmicas e inovadoras, capazes de transformar-se e de modernizar-se de maneira acelerada, a tecnologia digital apresenta-se como um fenômeno descontínuo que rompe com a narrativa contínua e sequenciada dos textos escritos (KENSKI, 2010).

Formiga (2009) alerta que, para trabalhar-se com EaD, é necessário que os profissionais e atores sejam sensíveis e dispostos à inovação, pois atuam em uma área em que todo desfecho é transitório e onde a única certeza que se tem é a da mudança

(trazida de vários países e que acabam por influenciar a atuação docente), ou seja, “não é um território para dogmas ou verdades absolutas” (FORMIGA, 2009, p. 39).

Nesse sentido, tanto a instituição de ensino quanto o docente precisam estar atentos às necessidades dos alunos, pois se suas necessidades e dúvidas não forem sanadas poderão desencadear em desestímulo. Sendo assim, é imperativo que haja um aprimoramento do sistema de ensino, preservando a qualidade e o acesso ao conhecimento.

Valente (2003) aponta que a interação via *internet* colabora na realização de ciclos de ações capazes de gerar nos alunos (protagonistas do seu processo formativo) conhecimentos sobre como desenvolver ações que os mantenham no processo de realização de atividades inovadoras, mas, necessariamente, assistidos pelo professor. O autor denomina esta ação de “estar junto virtual” do aluno por meio da tecnologia, que aproxima e estabelece relações de aprendizagem.

Barbosa (2003, p. 113) ressalta outro aspecto, que é a importância de saber ouvir o aluno, conhecer seu contexto e estar atento ao que ele tem a dizer: “é estabelecer as bases para um diálogo que tem início com a busca de metodologias, sistemas, materiais e interação e que se estenderá ao longo do processo educacional desenvolvido com a perspectiva de superar de um lado a visão informacional e de outro a visão de isolamento em relação ao aluno”. Desta forma, é necessário respeitar as vivências do discente e possibilitar-lhe participação nos rumos da sua formação, afinal a aprendizagem é dele.

Para isso o aluno precisa contar com metodologias adequadas e com um ambiente virtual de aprendizagem favorável para o desenvolvimento de sua autonomia no processo de ensino-aprendizagem, sem que isso signifique sobrecarregar de dúvidas o professor. É importante que as dificuldades do discente possam ser sanadas pelo processo de navegação no ambiente de aprendizagem – por isso a interação professor-aluno, aluno-aluno e aluno-conteúdo é tão fundamental.

Azevedo (2013, p. 156) reforça que:

O professor é mediador e coparticipante, assumindo funções de facilitador, problematizador, articulador e orientador da aprendizagem, de forma que o conteúdo seja construído na criação de redes de informação, o que incentiva a atividade do sujeito, a autoria e o desenvolvimento da autonomia em um processo de interação mútua.

A autora ainda chama a atenção para os estudos de Pierre Lévy que abordam a importância do papel do professor, não mais como o único detentor do saber, mas como um provocador do aprender e do pensar:

...torna-se um animador da inteligência coletiva dos grupos com os quais ele ocupa. Sua atividade estará centrada no acompanhamento e na gestão dos aprendizados: incitando à troca de saberes; mediação relacional e simbólica, condução personalizada dos percursos de aprendizagem, etc. (LÉVY, 1999, p. 5, *apud* AZEVEDO, 2013, p. 157).

A essência da discussão sobre a inserção das tecnologias digitais da informação e comunicação a serviço da educação não está nas tecnologias disponíveis, mas, principalmente, nas mudanças no processo educacional que podem ocorrer a partir destas. Trata-se de realmente colocar o aluno como centro de toda atividade, inclusive de forma a privilegiar a relação epistemológica (GUIMARÃES, 2003).

Diante do exposto é essencial pensar em novas formas de vivenciar a escola, trazendo conectividade, multidisciplinaridade e interatividade para que haja o desenvolvimento de práticas mais atrativas aos novos sujeitos – imersos num novo cenário de hiperconectividade. Pensar em uma escola conectada é pensar na criação de múltiplos espaços capazes de atrair estes jovens para escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Especula-se que a modalidade EaD possui uma formação superficial e aligeirada: Mas, o que pôde ser constatado nesta

pesquisa – sem a pretensão de avaliar qual modalidade é a melhor (EaD ou presencial) e sem excesso de otimismo que pode refrear novos avanços – é que a modalidade é capaz de possibilitar uma boa formação docente.

Bahia (2015) enfatiza que a modalidade não é condição fundamental para uma formação que prepare adequadamente esses professores ou futuros professores para o exercício da docência. A autora considera que há outros fatores que definem um bom desempenho profissional e a construção da profissionalização docente. Tais fatores estão relacionados com “a maturidade, a certeza pela escolha da profissão, o compromisso e a clareza sobre o papel docente e o envolvimento com as questões relacionadas ao cotidiano escolar” (BAHIA, 2015, p. 303).

Nesta pesquisa elucidou-se a importância do uso das TDIC como um componente para a construção da educação e, conseqüentemente, para a aquisição da autonomia por parte dos educandos em seus processos de aprendizagens.

Cabe destacar que os processos de ensino-aprendizagem, especialmente quando ocorrem com o uso dos meios de comunicação digital e dos recursos tecnológicos, desenvolvem-se através de relações específicas entre professores e alunos a partir das apropriações das suas específicas linguagens.

Esclarece-se assim que a proposta deste trabalho não é ignorar os muitos desafios a que a modalidade a distância está submetida, porém, fica evidente que mudanças só serão provocadas pela ação dos sujeitos envolvidos.

Espera-se, com esta pesquisa, trazer contribuições para a área da educação, tendo em vista que a partir dos levantamentos realizados e dos resultados obtidos novos temas e novas possibilidades de estudo possam abrir-se, colaborando para que novas aprendizagens e reflexões venham a ocorrer no futuro.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de. Educação, ambientes virtuais e interatividade. In: SILVA, Marco (Org.). **Educação online**. São Paulo: Edições Loyola, 2006. p. 203-217.

ALVES, João Roberto Moreira. A história da EAD no Brasil. In: LITTO, Frederic Michael; FORMIGA, Manuel Marcos Maciel (Orgs.). **Educação a Distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. p. 9-13.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – ABED. **Censo EAD.BR**: relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil 2016. Curitiba, InterSaberes, 2017. Disponível em: <http://abed.org.br/censoead2016/Censo_EAD_2016_portugues.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2018.

AZEVEDO, Adriana Barroso de. Desafios de uma formação inclusiva e de qualidade na EAD. In: AZEVEDO, Adriana Barroso de; JOSGRILBERG, Fábio Botelho; LIMA, Francisco José Sousa (Orgs.). **Educação e Tecnologia na Universidade: concepções e práticas**. São Bernardo do Campo: UESP, 2012.

AZEVEDO, Adriana Barroso de. Aprendizagem na EAD: contribuições e desafios. **Educação & Linguagem**, São Bernardo do Campo, v. 16, n. 1, p. 151-169, jan./jun. 2013.

AZEVEDO, Adriana Barroso de. Trilhas de formação docente para EAD – compartilhando dados. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, 2014, São Carlos. **Anais eletrônicos...** São Carlos: SIED/EnPED/UFSCar, 2014. Disponível em: <<http://www.sied-enped2016.ead.ufscar.br/ojs/index.php/2014/article/view/511/227>>. Acesso em: 03 jun. 2018.

BAHIA, Norinês P. Curso de Pedagogia presencial e a distância: uma análise sobre a formação e a atuação de egressos. **Acta Scientiarum. Education**, Maringá, v. 37, n. 3, p. 301-312, jul./set., 2015. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/24388>>. Acesso em: 03 jun. 2018.

BAHIA, Norinês P. Formação docente para a Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental: recuperando o passado para entender o presente. **Revista Internacional d'Humanitats**, Barcelona, n. 36, p. 37-52, jan./abr. 2016. Disponível em: <<http://www.hottopos.com/rih36/37-52Nori.pdf>>http://www.hottopos.com/rih36/37-52Nori.pdf. Acesso em: 03 jun. 2018.

BARBOSA, Nanci. Mediação e negociação de sentido. Uma aproximação da educação e comunicação em EAD. In: PERROTTI, Edna Maria Barian; VIGNERON, Jacques (Orgs.). **Novas Tecnologias no Contexto Educacional: reflexões e relatos de experiências**. São Bernardo do Campo: UESP, 2003. p. 95-115.

BELLONI, Maria Luiza. **Educação a Distância**. 7ª ed. Campinas: Autores Associados, 2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CES nº 1, de 11 de março de 2016. Brasília, DF, 2016. <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=35541-res-cne-ces-001-14032016-pdf&category_slug=marco-2016-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 03 jun. 2018.

BRASIL. Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 26 maio 2017. Seção 1, p. 1. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2017/decreto-9057-25-maio-2017-784941-publicacaooriginal-152832-pe.html>>. Acesso em: 03 jun. 2018.

DEMO, P. **Educação hoje: “novas” tecnologias, pressões e oportunidades**. São Paulo: Atlas, 2009.

GADOTTI, M. **Qualidade na educação: uma nova abordagem**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2010.

GUIMARÃES, Luciano Sathler Rosa. Gestão de novas tecnologias no contexto educacional. In: PERROTTI, Edna Maria Barian; VIGNERON, Jacques (Orgs.). **Novas Tecnologias no Contexto Educacional: reflexões e relatos de experiências**. São Bernardo do Campo: UMESP, 2003. p. 51-76.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 63ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

KENSKI, Vani Moreira. O Desafio da Educação a Distância no Brasil. **Revista Educação em Foco**, Juiz de Fora, p. 1-13, 2010. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/revistaedufoco/files/2010/02/011.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2018.

KONRATH, Mary Lúcia Pedroso; TAROUÇO, Liane Margarida R.; BEHAR, Patrícia Alejandra. Competências: desafios para alunos, tutores e professores da EaD. **Renote – Novas Tecnologias na Educação**. v. 7, n. 1, jul. 2009. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/renote/article/view/13912/7819>>. Acesso em: 28 abr. 2017.

LOBO NETO, Francisco José da Silveira. Regulamentação da educação a distância: caminhos e descaminhos. In: **Educação online**. SILVA, Marco (Org.). 2. ed. São Paulo: Loyola, 2006. p. 399-439.

LOPES, Daniel de Queiroz; SOMMER, Luis Henrique; SCHMIDT, Saraí. Professor-propositor: a curadoria como estratégia para a docência on-line. **Educação & Linguagem**. v. 17, n. 2, p. 54-72, jul./dez. 2014. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/EL/article/viewFile/5331/4384>>. Acesso em: 03 jun. 2018.

MASETTO, Marcos T. Mediação pedagógica e o uso da tecnologia. In: MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos T.; BEHRENS, Marilda Aparecida. (Orgs.) **Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica**. 16. ed. Campinas: Papirus, 2009. p. 133-173.

MORAN, José Manoel. Ensino e Aprendizagem inovadores com tecnologias. **Revista Informática na Educação: teoria e prática**. Porto Alegre, vol. 3, n. 1. p. 137-144, set. 2000. Disponível em: <http://www.pucrs.br/ciencias/viali/tic_literatura/artigos/tics/Ensino%20e%20aprendizagem%20inovadores%20com%20tecnologias.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2018.

NÓVOA, António. **Professores: Imagens do futuro presente**. Lisboa, Portugal: EDUCA. 2009.

RAMAL, Andra Cecília. Educação com tecnologias digitais: uma revolução epistemológica em mãos do desenho instrucional. In: SILVA, Marco (Org.). **Educação online**. São Paulo: Edições Loyola, 2006. p. 185-200.

TARCIA, Rita Maria Lino; ARSENOVICZ, Karen Diana Macedo; FREITAS Adriana Domingues, MACHADO, Cristiane. Os significados da qualidade na Ead. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – ABED. **Censo EAD.BR: relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil 2016**. Curitiba, InterSaberes, 2017. VERIFICAR TEXTO DATA DA PUBLICAÇÃO 2016!Disponível em: <http://abed.org.br/censoead2016/Censo_EAD_2016_portugues.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2018. p. 15-16.

VALENTE, José Armando. **Educação a distância no ensino superior: soluções e flexibilizações**. Botucatu, v. 7, n. 12, p. 139-148, fev. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/icse/v7n12/v7n12a09.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2018.

VIGNERON, Jacques. Do curso por correspondência ao curso on-line. In: VIGNERON, Jacques e OLIVEIRA, Vera Barros de. (Orgs.). **Sala de aula e tecnologias**. São Bernardo do Campo: Editora Metodista, 2005. p. 54-69.

SOBRE A AUTORA

Mestre em Educação pela Universidade Metodista de São Paulo – UMESP. Especialização em EaD: Elab.de Material, Tutoria e Amb. Virtuais e Especialização em didática do ensino superior. Graduada em Pedagogia. Atualmente, é docente no curso de Pedagogia presencial e a distância da UMESP. E-mail: simone.possarli@gmail.com.